



# Contextualização

## MIGRAÇÃO – DIREITO OU SUBVERSÃO?

Ivo Poletto\*

As relações internacionais, hegemônicas pelo mercado capitalista pretensamente auto-regulado e pelos países altamente industrializados, estão conflitivamente marcadas pela contradição entre a promoção de uma liberdade absoluta para o capital transnacional e o impedimento da liberdade de ir e vir e de livre busca de oportunidades de vida e de trabalho para os migrantes. Essa situação faz com que os milhões de migrantes carreguem consigo, também de forma contraditória, um potencial de luta por um outro mundo já possível, centrado na liberdade e nos direitos de todas as pessoas, e não do capital.

*The hegemony of alleged self-regulated capitalist markets and highly industrialized countries distinguishes in a conflictive manner the international relations. It states a contradiction between the promotion of absolute freedom for transnational capital and restrains of migrants' mobility and their free search for work and ways of lives opportunities. This situation makes millions of migrants contradictorily bring with themselves a potential of fight for an already possible world, oriented not by capital but by freedom and all people rights.*

### Introdução

O que é cada migrante e o que são os migrantes em seu conjunto? Seriam pessoas culturalmente habituadas a deslocar-se por diferentes territórios, parecidos com os povos nômades? Se buscam enfrentar

---

\* Sociólogo, filósofo e teólogo, educador popular e assessor da Cáritas Brasileira e de movimentos sociais.

situações insuportáveis de vida, seriam eles os responsáveis pela sua pobreza ou miséria? Ou seriam vítimas de processos que lhes fecham as portas para novas oportunidades?

Por outro lado, considerando seu número crescente, seriam como as hordas pós-modernas de bárbaros ou hordas de bárbaros pós-modernos? Podem tornar-se um risco para os países centrais do atual sistema de mercado e de poder globalizados, e que antes foram centros colonizadores de seus povos de origem? Quais são as razões para a fase de repressão e de medidas legislativas que os atinge?

Em outras palavras, no atual mundo globalizado – segundo insistente autotaxiamento dos senhores do mercado mundial – as pessoas podem ou não circular livremente em todo o planeta? Ou este seria um pretensão direito, e exclusivo, das mercadorias, do capital financeiro e dos soldados estadunidenses?

Estas serão as questões centrais que nortearão a presente reflexão sobre o fenômeno da migração no mundo atual. Fique claro, desde o começo, contudo, que “migração” não é, para o autor, apenas um fenômeno social, um mero objeto de estudo. A migração existe porque existem pessoas que migram. E estas pessoas têm nome, cor, idade, sexo, nacionalidade, cultura, família, comunidade. Por isso, a leitura crítica, para manter-se aberta à percepção das potencialidades históricas dos sujeitos sociais analisados, será feita a partir dos próprios migrantes como “lugar social”. Como a migração, dentro de cada país e para outros países e continentes, só existe por causa das ações ou das omissões combinadas com tantas outras características dos governos das elites e das estruturas econômicas e sociais, será fundamental perceber o que leva tantas pessoas a sair de sua terra e deixar sua parentela e o que carregam com elas, sejam valores, ilusões ou decisões de conquistar mudanças que tornem desnecessária a migração com tanta insegurança e tanto sofrimento.

### **Migrantes em movimento contra a exclusão**

O símbolo da repressão aos 175 milhões de migrantes no Planeta<sup>1</sup> é o muro de centenas de quilômetros que o governo dos Estados Unidos da América do Norte quer construir para separar a sua fronteira com a do México. É um muro que tem como objetivo impedir a livre circulação dos empobrecidos dos países das Américas em busca de oportunidades de

---

<sup>1</sup> SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). *Travessias na Desordem Global*. Fórum Social das Migrações. p. 8: “Há no mundo mais de 175 milhões de migrantes; em 1990, eram noventa milhões. Só os refugiados são mais de 16 milhões...”

sobrevivência. Essa decisão acontece, contraditoriamente, num tempo em que o capital financeiro e as megacorporações estão tentando impor, com apoio dos governos dos países ricos, do FMI e do Banco Mundial, seu “direito” presumido a uma liberdade absoluta e acima das nações para circular em todo o planeta, em busca de oportunidades de negócios e de especulação que concentrem ainda mais a riqueza mundial em suas mãos. Isso deixa claro que as pessoas e forças políticas que lutam pelo direito de livre circulação mundial das pessoas – isto é, de livre migração – estão em contradição e conflito com as que defendem que esse seria um “direito” exclusivo do capital transnacionalizado.

Não se trata apenas de um conflito que se torna dramático e vergonhoso pela violência que atinge as pessoas nas fronteiras, e que teria, assim, apenas um sujeito ativo. Ele se expressa também nas grandes mobilizações dentro de países em que sobrevivem migrantes de diferentes partes do mundo, de modo especial na França e nos Estados Unidos da América do Norte. Na França, o primeiro sinal foi dado pelos jovens, filhos de imigrantes, contra a segregação que os atinge: não aceitam sua redução a “franceses de segunda categoria”. São franceses, mas não se sentem tratados como tais. Sem os direitos dos demais franceses, vivendo em verdadeiros guetos nas periferias, em geral desempregados, partiram para ações de contestação da sociedade que os exclui, queimando carros e enfrentando a polícia em grupos que atuavam em diferentes espaços das cidades.

Houve um segundo tempo de manifestações na França, em que os imigrantes, e especialmente os jovens, entraram como uma das forças em movimento. Foi provocado por uma lei que desregulamentava o trabalho dos jovens nos dois primeiros anos de emprego. A justificativa oficial foi a de criar condições para ampliar oportunidades de emprego para os jovens, de modo especial os das periferias. A percepção, contudo, de que se tratava de um passo para a desregulamentação geral do trabalho, além do aprofundamento da superexploração dos jovens, que poderiam ser utilizados no lugar de adultos e sem riscos para os empregadores, provocou a reação de todos os jovens organizados e o apoio geral da sociedade. A França parou, lembrando, segundo alguns comentaristas, as mobilizações de 1968. E o governo se viu obrigado a voltar atrás, engavetando a lei. Mas a dúvida se impõe, e de forma legítima: até quando? Sim, porque tudo indica que os governantes franceses continuam comprometidos com a visão e os interesses das grandes corporações, que não desistem de ir impondo em todo o planeta sua política neoliberal.

Também nos Estados Unidos da América do Norte, os governantes conseguiram provocar os imigrantes e eles deram uma resposta até certo

ponto inesperada. Em vários dias de luta, mas especialmente no dia primeiro de maio, que não é feriado por lá, mais de um milhão e meio de imigrantes deixaram de trabalhar ou estudar e foram para as ruas contra uma lei que colocaria os migrantes praticamente na condição de terroristas estrangeiros, ilegalmente no país. E que criminalizaria também as ações de entidades que apóiam e prestam serviços aos migrantes.

Essas mobilizações populares anunciam que estão enganados os que imaginam que só existem os executivos e ideólogos das empresas transnacionais, os governos que promovem seus interesses e os burocratas dos organismos multilaterais – FMI, Banco Mundial e mesmo a ONU – como atores políticos no século XXI; cada dia mais, as forças populares estão se firmando como sujeitos sociais e políticos visíveis, com atuação autônoma, com poder de contestação e com propostas alternativas. E os migrantes e imigrantes são parte cada vez mais significativa desse sujeito social coletivo.

### **Buscando as raízes: estruturas e pessoas que excluem**

Nossa reflexão crítica sobre esta contradição parte de uma análise do tempo em que vivemos feita por “alguém de dentro”, alguém que conhece o modo de operar do capital financeiro e dos que defendem seu pretenso direito exclusivo de livre circulação. Trata-se de Joseph Stiglitz, um economista estadunidense que foi chefe da assessoria econômica do governo Clinton e que, a partir daí, foi guindado a vice-presidente do Banco Mundial. Cansado, talvez, do faz-de-conta de “seriedade científica” dos técnicos do Fundo Monetário Internacional e de seus colegas, decidiu tornar pública sua visão do que está acontecendo nos tempos da tão saudada globalização, e isso lhe valeu a perda do cargo. Mesmo sem renunciar ao capitalismo, suas análises nos ajudam a avançar na crítica do neoliberalismo, reinante a partir do desmoronamento do socialismo realmente existente na Europa.

O título do livro que examinamos já indica por onde o autor caminhará: *A Globalização e seus Malefícios – A promessa não-cumprida de benefícios globais*.<sup>2</sup> Segundo o autor, ao contrário do prometido, agrava-se a concentração da riqueza e da renda, numa ponta, e a pobreza e miséria, na outra. Multiplicam-se as crises nas economias dos países em desenvolvimento por ações do capital financeiro especulativo. E o Fundo Monetário Internacional, seguindo orientações que o desviam de sua finalidade original, torna-se duplamente responsável por elas. Por um lado, age claramente como promotor e como garantia dos interesses do capital

<sup>2</sup> STIGLITZ, Joseph.

financeiro especulativo e dos países ricos. Por outro, suas imposições, apresentadas como condicionalidades para uma credibilidade que atrairia novos empréstimos, ao contrário do que propõem, prometem e garantem, aprofundam as crises, levando os países mais obedientes – os que fazem os “deveres de casa” impostos – à falência, como aconteceu com a Argentina, ou a uma dependência que põe em risco a soberania nacional.

Em lugar da prosperidade geral, prometida por todos os envolvidos na proposta neoliberal, o que a globalização comandada pelo capital financeiro/FMI produz é um desemprego crescente e estrutural e a desocupação de parcelas cada vez maiores da força de trabalho. As estratégias da privatização açodada de bens, empresas e serviços públicos e da retirada do Estado das denominadas “relações econômicas”, reforçadas por aberturas comerciais e financeiras incondicionais e unilaterais e por políticas de desregulamentação, passaram à iniciativa privada, quase sempre multinacional, a responsabilidade pela promoção da prosperidade geral. O que se verificou, mais uma vez, foi que o capital só se interessa por aquilo que lhe garante lucros crescentes, pouco ou nada se importando com os que não participam do mercado, seja o de mão de obra, o de mercadorias ou o financeiro. Os serviços também, uma vez privatizados, passaram a estar disponíveis apenas para os que podem pagar. Se com uso de novas tecnologias é possível produzir mais com menos trabalhadores, danem-se os que ficarem sem emprego. E se existem países que oferecem maiores taxas de juro, pouco ou nada lhe importa se sua saída rápida provoca a quebra de um país. Instala-se o reino do “cada um cuida de si”, agora efetivamente globalizado.

Por isso, repete o autor seguidas vezes, o desenvolvimento social não pode ser entregue às iniciativas que buscam seus interesses privados, e tendem a buscá-los de forma quase cega, premidos pela concorrência. É necessário que haja a mediação do Estado para que a vida e os direitos da população sejam levados a sério. É por isso que, para ele, o verdadeiro desenvolvimento deveria passar pelo pleno emprego estável e por políticas reguladoras do mercado e garantidoras de políticas públicas que dariam alcance universal aos direitos. Ele retomou as propostas *keynesianas*, duramente combatidas pelos economistas neoliberais.<sup>3</sup>

Como se percebe, Stiglitz critica a forma de globalização dominante, comandada pelo mercado financeiro transacional. Como outros

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 38. Estes economistas combatem toda e qualquer capacidade de intervenção e controle do mercado pelo Estado, exigindo liberdade total às forças do mercado, que seria auto-regulado. Combatem, por isso, não apenas o socialismo, mas todo tipo de socialdemocracia, que se caracteriza exatamente como *estado de bem-estar social*.

analistas, contudo, parte do pressuposto de que, se bem administrada, a sociedade capitalista pode realizar os direitos de todas as pessoas. Bastaria evitar os exageros e dar uma orientação social ao desenvolvimento. Mas é exatamente aqui, no conceito de desenvolvimento, que mora o perigo. Quando confundido, ainda, com crescimento econômico, comandado pela indústria e pelo comércio capitalista, será realmente um caminho seguro para a valorização do trabalho humano, para o denominado pleno emprego? Será o capitalismo, com qualquer de suas orientações, liberal ou neoliberal, nacional ou globalizado, capaz de assumir o social, a qualidade de vida das pessoas como parte integrante de suas estratégias?

A história vai confirmando que não. As análises críticas mais aprofundadas, que têm em Marx um dos expoentes e fonte metodológica, revelam que a fase atual do capitalismo – a globalização neoliberal – é algo inerente à sua estrutura, e não um desvio de rota, um excesso provisório. Se o mundo continuar dominado pela hegemonia desse capital, haverá cada dia mais luxo e fausto para poucos e miséria para a maioria; e o planeta será abusado até chegar à exaustão – de que se têm sinais mais do que dramáticos –, sem que sejam aceitas mudanças que, em sua visão, causariam prejuízos à economia. Está na base de sua estrutura a busca insaciável e egoísta do lucro, da riqueza e do poder concentrados.

É o que pensa, por exemplo, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Em sua compreensão crítica do tempo atual, a humanidade vive um “tempo de transição paradigmática”.<sup>4</sup> A modernidade, subordinada instrumentalmente pelo capitalismo, não corresponde aos anseios da humanidade; pelo contrário, põe em risco a própria existência humana na terra. Nasce desta consciência um movimento contrário ao imposto pelo capitalismo. E o mesmo movimento que gera sua contestação, está gerando também outro paradigma, outro modo de pensar, de sentir e de organizar a convivência humana. Faz parte dessa construção também uma outra economia, que exige outra política, outra cultura. Trabalharemos isso com mais atenção um pouco mais adiante.

Vale ressaltar ainda que tudo isso se torna ainda mais explosivo quando se percebe, de forma mais evidente, o domínio estadunidense do processo de globalização – tornando possível o financiamento mundial à sua economia –, chegando a ponto de dar um caráter universal à militarização e à guerra como estratégia de dominação imperial. Segundo alguns estudiosos, contudo, o império seria comandado pelo capital e capitaneado pelo capital financeiro, usando o poderio militar para globalizar-

---

<sup>4</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência*.

se e submeter todos os povos ao mercado.<sup>5</sup> Outros pesquisadores, porém, sustentam a tese de que, mais do que globalização, fruto de um mercado auto-regulado, o que existe realmente é uma expansão mundial do capital, promovida, defendida e imposta pelos governos dos países centrais, hegemônicos pelo dos Estados Unidos da América do Norte, e pelos organismos multilaterais, especialmente o FMI e o Banco Mundial, controlados e instrumentalizados para submeter os países periféricos aos interesses do mercado. Para estes estudiosos, não é correto dizer que o “local”, o “nacional” e as leis e governos nacionais não são importantes; pelo contrário, podem ser a base da criação de espaços de autonomia e de soberania, bem como de criação de caminhos alternativos de desenvolvimento social. Marcos Arruda resume esta visão e a amplia, articulando as forças em jogo:

a constelação de instituições inclui, primeiramente, os Estados dos países altamente industrializados, sobretudo o Grupo dos 7, hegemônicos hoje em base não monocrática pelos Estados Unidos, e, somados a eles, todos os Estados periféricos que aceitam o papel de satélites subordinados e subservientes daquele núcleo duro do poder global; em segundo lugar, as instituições financeiras multilaterais, que funcionam com o grau de ambigüidade necessário para que desempenhem diferentes papéis, segundo as circunstâncias, sem pôr em risco sua função principal que é estar a serviço dos poderes hegemônicos; em terceiro lugar, as instituições da ONU, cujo sistema de votos é mais descentralizado do que as anteriores, mas que por outras vias também são mantidas debaixo do controle do G7, em particular dos Estados Unidos; em quanto lugar, aquelas que de fato estão na cabeça do processo, as empresas transnacionais e os grandes conglomerados globais.<sup>6</sup>

A proposta alternativa de desenvolvimento elaborada por este autor – entendido como “a arte de realizar nossos potenciais” – tem como raiz o trabalho – entendido como “a arte de transformar o mundo e a nós próprios” –, e por isso o empenho para “tornar real o possível” tem a ver com processos locais e com articulações mundiais marcados pela solidariedade entre as pessoas e nas relações delas com a natureza.<sup>7</sup>

## Desemprego estrutural

Os eventos de abril de 2006 na França são a melhor demonstração de que, na fase atual do desenvolvimento econômico dominado pelo capital, o desemprego é estrutural. Ele veio para ficar – a não ser que se

<sup>5</sup> HARD, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*.

<sup>6</sup> ARRUDA, Marcos. *Tornar real o possível – A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*, p. 103-104.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 151 e 219.

aposte em alternativas estruturais, isto é, em um tipo de desenvolvimento e de economia alternativos ao modelo capitalista dominante. Por quê? Podemos ir buscando respostas a partir daquilo que levou os trabalhadores pararem a França contra a “lei do primeiro emprego”.

As mobilizações do abril francês tiveram um primeiro *round* nas revoltas violentas dos jovens filhos de imigrantes. Uma de suas denúncias revelava que a discriminação – “não nos reconhecem como franceses” – materializava-se na dificuldade de oportunidade e na absoluta instabilidade dos empregos para os jovens, forçados a viver em guetos de periferia. Exigiam ser reconhecidos e tratados como franceses, com todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados e reconhecidos pelo Estado.

Pouco tempo depois, o governo e o Congresso colocaram em debate e aprovaram a denominada “lei de primeiro emprego”. Se entrasse em vigor, o que aconteceria? A percepção, inicialmente dos jovens, e todos, não apenas os migrantes e filhos de imigrantes, foi a de que passariam a ser, quando muito, cidadãos de segunda categoria: teriam menos direitos do que os demais trabalhadores. Concretamente, seriam contratados por dois anos sem nenhuma garantia, com salários rebaixados e sem custo para os empregadores. Na verdade, o debate revelou rapidamente que essa lei seria a porta de entrada da desregulamentação geral do trabalho assalariado. Os jovens estariam à mercê dos empregadores e passariam a ser utilizados no lugar dos demais, aumentando o desemprego e tornando justificável reformar toda a legislação trabalhista.

Foi essa consciência que uniu praticamente toda a França trabalhadora. E em manifestações com um objetivo radical: evitar que esta lei entrasse em vigor. Foram vitoriosas: não entrou em vigor e, até o presente momento, o governo não se sentiu com coragem de propor algo em lugar da lei que foi obrigado a abandonar.

Não tem sido essa a prática nos demais países. Os jovens e, com eles, os trabalhadores assalariados e o conjunto da população, ainda não descobriram formas de reagir eficazmente contra os desígnios dos empresários capitalistas neoliberais. É isso mesmo: contra a escolha deles de usar os novos conhecimentos e as novas tecnologias exclusivamente a seu favor. Para tentar desculpar-se, os empresários dizem que, hoje, já não é o trabalhador o sujeito principal da produção, e sim a ciência articulada com a tecnologia. Por isso, a luta da concorrência estaria centrada na apropriação do conhecimento, no uso exclusivo e cada vez mais veloz de novas tecnologias.

De fato, os conhecimentos científicos e as tecnologias multiplicaram a capacidade de produção. Como tudo é propriedade do empresário

capitalista, inclusive o trabalho, adquirido em troca de salário, o fator da produção a ser economizado foi e é o trabalho assalariado. Economizado é modo de dizer, porque o que ocorre realmente é o aumento da margem de lucro: o que deixa de ser pago aos trabalhadores é retido pelo empregador. Com maior investimento em máquinas e em programas de computação, e mantido ou ampliado o tempo de funcionamento da produção, tanto os trabalhadores que restam devem agir ao ritmo determinado pelos programadores, como amplia-se a necessidade de criar e oferecer novas marcas ou novos produtos. Por um lado, um número menor de assalariados deve dar conta da manutenção do ritmo da produção, e isso cria as novas formas de doenças do trabalho, enraizadas no esgotamento mental, emocional e físico; por outro, cria-se a necessidade de conquistar consumidores. Quem iria consumir os produtos se aumentasse a oferta dos mesmos produtos ao lado da diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores?

Esse é um ponto central: no planeta todo, com a hegemonia neoliberal, houve concentração de riqueza e de renda. Para concretizar, estudo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) revela que, no Brasil, a participação da classe trabalhadora na renda nacional caiu de 57% em 1949 para 36% em 2003.<sup>8</sup> Isso significa que 64% está sendo abocanhado pelo setor empresarial e pelo governo. Como se sabe que parte significativa de tudo que o governo recolhe da sociedade – e não dos empresários, pois eles repassam tudo aos preços – volta ao reduzido número dos detentores dos títulos da dívida pública, fica relativamente fácil compreender porquê há tanto fausto ao lado de tanta miséria...

Por que não se reduz o tempo de trabalho dos empregados para aumentar as oportunidades de trabalho assalariado? Ou, como pensam e propõem muitos, por que não são criadas novas empresas para ampliar o número de empregos?

A resposta a essas perguntas exige penetrar no núcleo mais oculto do capitalismo: ao contrário do que apresenta ou do que a maioria pensa, ele não é um sistema de produção de bens e serviços, menos ainda um gerador de postos de trabalho; ele é, exclusivamente, produção de lucro, apropriação ampliada de riqueza. Tudo que é necessário para realizar esse objetivo entra como meio. Para isso, tudo deve passar pela apropriação, pela sua redução – ou elevação, na visão do capital – à condição de

---

<sup>8</sup> Informação publicada em serviço eletrônico por *Pulsar – Agência Informativa*. Disponível em: <http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=7690>. Acesso em: 04/05/2006.

mercadoria. Tudo é coisa, objeto utilizável, a ser consumido produtivamente, e a ser descartado, quando necessário. E quando se diz tudo, é tudo mesmo, até mesmo a honra e os bens mais sagrados, como já referia Marx em sua análise crítica da economia política capitalista.

Esse é o valor também do trabalho: ser uma mercadoria que o empregador usa em troca de um salário. O salário é a compra da capacidade humana de trabalhar para estar à disposição do comprador, nas horas previstas em contrato. O que lhe cabe fazer é determinado por quem comprou o tempo de trabalho, e o resultado do uso desse trabalho é igualmente propriedade do empregador. Por isso, seu desejo é utilizar o mínimo dos resultados do trabalho em salário, para que sobre mais para ele. Podendo substituir trabalho direto, através do corpo e da mente do trabalhador, por trabalho indireto – “morto”, dizia Marx – presente em máquinas, em conhecimentos científicos, em tecnologias, em programas de computação, em robots, o empresário diz que se sente obrigado pela concorrência a preferi-lo, mas, na realidade, o que o leva a isso é a sua submissão ao princípio da geração constante e crescente de lucros. O mesmo vale diante da possibilidade de aumentar o controle da riqueza através de juros especulativos: ele não pode perder oportunidades!

Com isso, o desemprego que sempre acompanhou o capitalismo na forma de “reserva estratégica de mão-de-obra” – esse é o nome da mercadoria trabalho – no mercado de trabalho, na fase neoliberal, se torna “estrutural”. Isso quer dizer que ele, na aparência, não mais é considerado importante fator da produção capitalista, mesmo continuando parte constitutiva da acumulação de renda e riqueza pelos detentores do capital. Se antes foi reduzido a mercadoria, agora é uma mercadoria de menor importância; no limite, aumentada a concorrência entre os tantos desempregados, o preço do trabalho – o salário - tende a zero, ou perto disso. Na realidade, isso confirma que os capitalistas não têm nenhum compromisso com a sociedade, com a vida humana, e menos ainda com o meio ambiente da vida. Não fosse a necessidade de contar com o trabalho, sob diferentes formas, para gerar lucro, mais valia não paga aos trabalhadores, e não fosse a necessidade de ter consumidores para seus produtos e serviços..., certamente criariam um mundo só de capitalistas. Mas, aí, sobreviveriam?

### **Migração: direito ou subversão**

Está criado o conflito e o desafio: para os capitalistas neoliberais, ou as pessoas criam suas oportunidades de vida, ou morrem precocemente. Em sua visão, e nas políticas que patrocinam, tudo deve ser privatizado,

entregue aos empresários, inclusive os serviços de educação, saúde, previdência, saneamento e água tratada... O Estado deve ser social e economicamente mínimo, dedicando-se mais a manter a ordem estabelecida, garantindo que a livre iniciativa não seja atrapalhada, questionada, combatida. Mesmo porque ela, a livre iniciativa, seria a expressão da liberdade, e por isso, por ser qualidade humana, algo natural, como poderia ser acusada de alguma responsabilidade? Quem não está conseguindo participar do mercado é que deve ser questionado sobre as oportunidades perdidas, a preguiça e a falta de iniciativa!

O mundo atual está diante da maior e mais ideológica confusão em relação à liberdade: a redução dela à livre iniciativa. A livre iniciativa é a liberdade empresarial de aplicar a renda e a riqueza na forma de capital, visando o maior lucro possível. Dos demais, que não têm capital para aplicar, a liberdade se restringe a sobreviver, seja entregando-se ao contrato de assalariamento, seja gerando alguma iniciativa autônoma, mas dentro do que a lei permite. Só pode trabalhar a terra, por exemplo, se comprar uma área, se tiver título de propriedade; não pode entrar em área que não seja sua, menos ainda ocupá-la para forçar o acesso a ela através da reforma agrária. Da mesma forma, não pode migrar para outro país sem ter os recursos necessários para entrar e permanecer de forma legal.

Como se percebe, os detentores do capital sentem-se protegidos pelas leis e continuam pressionando para ter ainda maior liberdade para investir em qualquer parte do planeta sem ser importunados por nada e ninguém, nem mesmo pelas constituições e leis de cada país. Por mais que se esconda e corrompa, sabe-se que o fazem muitas vezes contra as leis nacionais e internacionais. O que desejam agora, através da Organização Mundial do Comércio, da ALCA e outras propostas parecidas, é criar uma legislação que reconheça e garanta sua liberdade de iniciativa em qualquer parte do planeta, e até fora dele, no espaço sideral.

A que se deve toda essa liberdade? É que, até agora, a democracia foi controlada pelas pessoas e grupos ligados ao capital, e, por isso, as leis favorecem e garantem seus interesses. Através dos partidos políticos, controlados por eles, e através de processos eleitorais que exigem muitos recursos dos/as candidatos/as, os detentores do capital conseguiram garantir, até o momento, majorias nos espaços legislativos. Com isso, fazem as leis que lhes interessam e procuram manter a democracia limitada à prática representativa. Fogem da consulta e da participação direta da cidadania. É por isso que só com muita dificuldade, com muita luta política, os direitos das demais classes e setores sociais são reconhecidos e garantidos na Constituição e nas leis nacionais e internacionais. Quando muito, fazem concessões, e enjauladas em procedimentos protelatórios.

Vale lembrar a experiência política da Venezuela dos últimos anos. Já em sua campanha, o atual presidente Chaves lembrava ao povo que, se desejasse uma Venezuela para todos os venezuelanos e venezuelanas, deveria aprovar a proposta que ele apresentaria, se eleito, em favor de uma Assembléia Constituinte. A atual Constituição – repetia –, “foi feita pelas elites e para as elites”. Só com uma nova Constituição seria possível abrir caminho para que os direitos da população fossem reconhecidos e garantidos. O povo aprovou, através de plebiscito, a convocação da Constituinte; em seguida, aprovou, por meio de referendo, a nova Constituição; completou o processo, elegendo novos governantes a partir das novas leis. Com isso, muitos processos de mudança tornaram-se possíveis e estão sendo colocados em prática, a começar pela alfabetização, tornando a Venezuela o segundo país da América Latina livre de analfabetismo, seguida pelo aprofundamento da reforma agrária e pela valorização de uma agricultura que torne o país mais autônomo na produção dos alimentos. Pode ser que, com isso, menos venezuelanos e venezuelanas sintam necessidade de migrar para outros países.

Nesse ambiente neoliberal, a prática de ir e vir de um país para outro, para buscar oportunidade de trabalho e melhoria de vida, não é um direito legalmente reconhecido. Segundo a vontade dos capitalistas e as leis, os pobres só deveriam deslocar-se se e quando os empreendimentos do capital tivessem necessidade. Em princípio, na aparência, a entrada de mão-de-obra num país em que o trabalho assalariado tem um preço alto seria vantajosa, já que rebaixaria os salários; e foi o que aconteceu durante um período, predominando a forma ilegal de migração. Com o desemprego estrutural, contudo, o quadro muda de figura: os trabalhadores de cada país, desempregados em número crescente, começam a pressionar contra a presença de migrantes estrangeiros; por outro lado, com o empobrecimento nas periferias do sistema neoliberal, cresce o número de migrantes para os países centrais. Aumentam as tensões, os preconceitos afloram, o chauvinismo se aguça. A pretexto de regularizar a situação dos ilegais, na elaboração e aprovação de estatutos legais, predomina a implementação de legislações discriminatórias, favorecendo os “mais capacitados”, limitando o número; os sobrantes passam a ser tratados como “indesejáveis”, facilitando ou forçando seu retorno aos países de origem.

E os empresários, que aprofundaram os problemas de oportunidade e de valorização do trabalho tanto nos países centrais como nos periféricos, são responsabilizados por isso?

Nada disso, pois o que eles fizeram foi agir segundo as leis do mercado. Nesse caso, a livre iniciativa de migrar foi virtude; já no caso

dos migrantes, a livre iniciativa de migrar foi crime! É por aí que se pode verificar o que significa igualdade nas sociedades dominadas pelo capital: aos amigos do capital, tudo; à classe média, se obedecer e colaborar, algumas concessões; aos pobres, a lei!

O que nos importa nesta reflexão é destacar que as migrações são consequência direta do desenvolvimento desigual promovido pelo sistema do capital, hoje neoliberal. As pessoas e famílias não conseguem sequer sobreviver em suas localidades e em seus países há muito tempo, por força da histórica dominação e exploração colonial, pela longa experiência de escravidão, pela falta de reformas estruturais e pela dominação oligárquica das suas elites. Essa realidade está sendo agravada pela dinâmica do crescimento econômico, hegemonizado pelas transnacionais e grandes corporações globais e a cooperação subalterna e interesseira de quase todos os governantes eleitos em processos de democracia exclusivamente representativa.

É isso que nos ajuda a compreender que, num país como o Brasil, por exemplo, não tem sido suficiente a imensa migração do campo para as cidades e do campo para outras regiões do interior do território: as pessoas não encontram oportunidades ou, quando conseguem algum tipo de trabalho, as famílias não conseguem viver com mínima qualidade de vida. Sentem-se tentadas e com necessidade de buscar melhores oportunidades onde julgam que existem: nos países centrais. Na realidade, mais do que *atraídas* pelas vantagens em outros países, elas se sentem expulsas de seu país.

Final, migrar é ou não um direito?

É claro que é, já numa sociedade capitalista e mais ainda numa sociedade assentada na solidariedade. Na Declaração dos Direitos da Pessoa Humana, os países signatários reconhecem este direito no Artigo 13:

- I) Todo homem (toda pessoa humana) tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado;
- II) Todo o homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Não está dito que o direito se concretize também em trabalhos remunerados, mas também não existe essa restrição.

O problema é fazer valer este direito. O Artigo 1 da mesma Declaração garante o direito à vida – mas quem responde pela geração, manutenção e aprofundamento de formas de miséria e de morte precoce, absolutamente injustificáveis e injustas? Por isso, pode-se dizer que a humanidade está no começo da geração de força política capaz de fazer valer o direito de migração internacional. Fazem parte desse processo: as

denúncias das discriminações, das violências, das prisões ilegais, do chauvinismo das nações ricas – junto com a denúncia dos privilégios irresponsáveis das corporações capitalistas; as ações de educação popular que possibilitem aos migrantes conhecerem seus direitos e as formas de exigir sua realização; as articulações dos migrantes, em cada país e no mundo, visando a constituição de força política capaz de, com apoio e em aliança com outras forças políticas, fazer valer seus direitos.

De toda maneira, contudo, essa é uma luta por um direito dentro de sociedades dominadas pelo capitalismo e é, por isso, uma luta carregada de contradições. A saída delas só pode acontecer com a construção de outro mundo, baseado na solidariedade e na cooperação. Mas, se o processo de luta for encarado por este ponto de vista, de fato o ato de migrar pode carregar consigo um princípio de subversão. É o que se aprofundará em seguida.

### **Construtores do um mundo novo**

Corresponde à realidade o comentário de um jornalista ao retornar de um seminário sobre o desenvolvimento na América Latina: só há um consenso, hoje, na América Latina. O “consenso de Washington” perdeu sua validade? A pretensão de ser o “pensamento único” vai sendo superada pela unidade na diversidade que caracteriza a busca das alternativas que vão construindo o “outro mundo possível” articulado pelos movimentos, redes, igrejas, entidades e organizações que impulsionam o espírito e as práticas de Fórum Social Mundial. Se olharmos para a América do Sul, em particular, percebe-se claramente o avanço das forças sociais e políticas que se opõem ao neoliberalismo, alcançando até mesmo responsabilidade política em âmbito nacional. Mas esse é um processo ainda em andamento e que exige dedicação de todas as forças que desejam efetivamente transformações profundas e estruturais nessas sociedades secularmente dominadas e exploradas por elites locais e internacionais através do colonialismo e do neocolonialismo.

É nesse contexto que nos cabe perguntar agora: qual a importância dos migrantes nos processos de globalização capitalista neoliberal e de mundialização solidária?

Os migrantes vivem imersos em grandes contradições. Sabe-se que a miséria e a exclusão não são parceiras necessárias de uma consciência crítica. A extrema necessidade leva a viver no imediato, na luta dramática pela sobrevivência. Por isso, certamente a solução dos seus dilemas não está na simples mudança de lugar. Mas, ao migrar, pode provocar reações dos que controlam o mercado capitalista que lhes rouba oportunidades de

vida a tentar, mais uma vez, impedir a realização de seus sonhos e direitos. A reiterada exclusão que os atinge pode provocar revoltas mais do que legítimas, e a revolta pode produzir tanto consciência crítica em relação ao que causou a exclusão como novas formas de dependência que impedirão suas opções livres. O próprio reconhecimento de direitos, se acontecer, pode induzir os migrantes a iludir-se com o sistema. Mas pode, também, confirmar a consciência de portadores de direitos que colocam em questão a imperial pretensão dos capitalistas de serem os únicos a ter direitos em escala mundial.

Por isso, seja como pessoas que carregam consigo a riqueza de sua história e de sua cultura, seja como participantes do movimento que rompe com as barreiras do cerceamento à livre circulação internacional dos trabalhadores, os migrantes fazem parte do conjunto de frentes de ação que lutam por outro tipo de mundo, alternativo ao imposto de forma imperial à humanidade. Antes de tudo, por afirmarem a dignidade humana, negada pelos que desvalorizam e transformam a vida humana em algo relativo e inferior ao capital. Em seguida, por afirmarem seu direito sagrado ao trabalho como fonte de vida digna e com qualidade, seja o realizado em seus países, no campo ou na cidade, seja o que procuram realizar em outros países; este direito é negado por todas as formas de latifúndio e por todas as iniciativas capitalistas, especialmente as que assumem a forma neoliberal, pois elas o tornam menos do que uma mercadoria, algo descartável.

É por isso que é muito importante o Fórum Mundial das Migrações, realizado pela primeira vez em 2005 em Porto Alegre,<sup>9</sup> imediatamente antes do 4º Fórum Social Mundial, e que agora, em 2006, está tendo sua segunda edição na Espanha. Ele sinaliza que crescem as organizações dos próprios migrantes e que delas nascem críticas radicais ao sistema capitalista, bem como propostas fundamentais para a construção de um outro mundo, cada dia mais possível. No jogo de contradições do tempo atual, os migrantes são sujeitos sociais, culturais e políticos muito significativos, e é por isso que se tornam, cada dia mais, alvos da repressão dos que desejam manter o direito à vida restrito a uma pequena parcela da humanidade. Sua presença e sua ação são carregadas de subversão à desordem que se impõe como única ordem; são, por isso mesmo, portadoras de valores culturais e de propostas políticas fundamentais para a construção de um mundo assentado sobre a solidariedade entre as pessoas e entre os povos do planeta.

---

<sup>9</sup> SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.), *op. cit.*

## Bibliografia

- ARRUDA, Marcos. *Tornar o real possível a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- HARD, Micheal; NEGRI, Antonio. *Império*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). *Travessias na Desordem Global*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.
- STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios – a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.